

**ARQUITETURA DA COMISSÃO DE SOCORRO AOS PRESOS
POLÍTICOS**
**ARCHITECTURE OF THE POLITICAL PRISON RELIEF
COMMISSION**

EDGAR FREITAS GOMES SILVA
Universidade Católica Portuguesa/Lisboa; Bolseiro da FCT
edgarsilva.fb@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7068-7915>

Texto recebido em / Text submitted on: 19/10/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 06/01/2021

Resumo:

A ampliação da denúncia das prisões políticas em Portugal, durante o regime de Salazar e de Caetano, através dos contributos da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP), transformou-se num problema nacional e internacional. Formou-se uma crescente consciência coletiva e uma cultura da luta pelos direitos humanos, contra as sequelas dos silêncios declarados pelo regime. Este texto considera a história daquele movimento social, que se cruzou com a batalha pela democracia em Portugal, cujo desempenho foi decisivo para a transformação social e política do País.

Palavras-chave:

CNSPP; presos políticos; repressão; movimento social; solidariedade.

Abstract:

The expansion of the denunciation of political prisons in Portugal, during the Salazar and Caetano regime, through the contributions of the National

Commission for Relief to Political Prisoners (CNSPP), has become a national and international problem. A rising collective consciousness and culture of the struggle for human rights were formed against the aftermath of the silences declared by the regime. This text considers the history of that social movement, which intersected with the battle for democracy in Portugal, whose performance was decisive for the social and political transformation of the country.

Keywords:

CNSPP; political prisoners; repression; social movement; solidarity.

Abreviaturas

AH/ PCP – Arquivo Histórico do Partido Comunista Português

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CD 25 de Abril/UC – Centro de Documentação 25 de Abril/ Universidade de Coimbra

CD Museu do Aljube – Centro de Documentação – Museu do Aljube. Resistência e Liberdade

CDE – Comissão Democrática Eleitoral

CNSPP – Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança

Considerações iniciais

Um Portugal desconhecido foi, em 10 de agosto de 1970, um título da *Circular n° 5* da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos para caracterizar o abismo existente entre a violência da repressão política no regime de Salazar e de Caetano e o nível da consciência da nação portuguesa sobre os problemas da repressão, das prisões e dos presos políticos.

Escolhemos estudar a trajetória ainda insuficientemente conhecida da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, na sua origem e numa possível avaliação de efeitos, como estudo de caso, como “locus”

privilegiado de observação e interpretação de uma etapa histórica decisiva da contemporaneidade em Portugal. A sua morfologia e perspectiva de longa duração induziu-nos a considerar uma abordagem historiográfica em que ensaiaremos uma operacionalização do conceito de movimento social.

Com este trabalho procuramos, de forma interpretativa, responder a duas perguntas fundamentais: até que ponto aquela Comissão incorporou elementos que facultem uma mais aprofundada interpretação de um ciclo de vida do regime de Salazar e Caetano? Como interpretar a natureza, a intervenção e o alcance do movimento social então emergente e sua influência para o triunfo da democracia?

A metodologia a seguir assentará numa pesquisa documental que privilegiará o universo da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, também com recurso a arquivos e fontes documentais produzidas num contexto concreto de desenvolvimento daquele movimento, seguindo, depois uma investigação de natureza indutiva e descritiva, tendo por base textos publicados, produzindo dados descritivos. Para fundamentar e desenvolver ideias e entendimentos, seguiremos também caminhos da História Oral, atendendo a entrevistas realizadas. O cruzamento das fontes documentais – trabalhando textos de protagonistas que testemunham e avaliam na imprensa escrita (jornais e revistas) as participações no movimento – trazem, em conjunto com as memórias individuais e com outra documentação escrita, diferentes vozes e multiformes registos com vista a um esforço de compreensão de uma complexa realidade histórico-social.

No densificar do conceito de movimento social avocaremos a pista teórica de M. Gohn que caracteriza os movimentos sociais como ações sociais e políticas dinamizadas por atores coletivos, numa determinada conjuntura específica de relações de força numa sociedade. E seriam essas ações geradoras de identidades e desencadeadoras de processos que visariam mudanças com impacto nos contextos de intervenção (Gohn 1997).

Será em conformidade com a ideia de movimento social que veremos como aquela Comissão desenvolveu uma função determinante na transformação social e política de Portugal. Aquela Comissão, ao mesmo tempo que dinamizou um amplo movimento social em defesa dos direitos dos presos políticos, desencadeou um envolvente compromisso político, com novos e abrangentes contornos sociais, para derrotar a economia do medo e para erradicar o sistema repressivo, essenciais à

natureza da ditadura, identitárias da orientação fascizante do regime e fulcrais para a durabilidade do poder instituído por Salazar e Caetano.

E se é verdade que desde que houve presos políticos houve solidariedade com os presos políticos, nunca antes se conseguira a extensão e a profundidade social e política daquele movimento social, com níveis tão amplos e tão intervenientes. À medida que a cultura do medo e a violência política tiveram maior enfrentamento ganhou espaço a luta pela democracia em Portugal e também se criaram condições mais favoráveis ao processo revolucionário.

Contexto político nacional em que emerge a Comissão

A Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, adiante designada como “a Comissão” ou como CNSPP, foi criada em dezembro de 1969 através de uma carta entregue na Presidência do Conselho. Datada de 31 de dezembro, na qual um conjunto de subscritores se constituem em Comissão Nacional, essa carta fundamenta e justifica por que razão os signatários lançam um movimento «em defesa dos direitos e da dignidade do preso político» (CNSPP – Comunicado ao País 20/01/1970: 7-8).

A constituição da CNSPP correspondeu a uma pronta resposta ao desiludir da esperança que se começara a instalar na sociedade portuguesa quanto ao “marcelismo”, ao seu projeto e às expectativas geradas. Na correlação próxima com a enorme esperança que vastos setores da sociedade alimentaram quanto ao «abrir» do regime depois da substituição de Salazar, o frustrar dessa esperança trouxe desencantos e desalentos para quantos supuseram ser viável uma orientação reformista para o Estado Novo.

Quando em 26 de setembro de 1968, o Presidente da República, Américo Tomás, dirige uma mensagem ao país dando conta das limitações físicas e do estado de saúde de Salazar, que o impediam de exercer as funções de Presidente do Conselho, e em sua substituição designava Marcelo Caetano, inicia-se uma outra fase do regime. Então, uma corrente reformista no interior do Estado Novo, de acordo com Fernando Rosas, que a partir do rescaldo da II Guerra Mundial se fora constituindo em torno de Marcelo Caetano, acede plenamente ao poder. Os marcelistas chegavam, enfim, ao topo do poder executivo (Rosas 1999: 15-59).

Tinham um programa de reformas. Na célebre expressão de Marcelo Caetano, pretendiam os marcelistas uma «evolução na continuidade», um programa de «abertura» e «descompressão» do regime, através das reformas classificadas como «liberalizadoras», com a intenção inicial de transmitir sinais de mudança no campo político e das relações laborais, de mostrar um maior empenhamento no domínio do social e, mais claramente, um novo dinamismo nos processos de industrialização e um mais vincado discurso desenvolvimentista (Rosas 2004: 12).

Reflexo imediato do frustrar de expectativas quanto às reformas advogadas pelo marcelismo foi a decisão e os fundamentos da criação da CNSPP. Ainda antes da formalização oficial da comunicação sobre a constituição da Comissão, os seus promotores enviaram uma tomada de posição crítica a Marcelo Caetano dando conta, a 12 de dezembro de 1969, da conclusão de que o marcelismo era um regime bloqueado: a extinção da Polícia Internacional e de Defesa do Estado e a correlativa criação da Direção Geral de Segurança, pelo Decreto n° 49 401 de 24 de novembro de 1969, em nada tinha alterado o sistema, mantinha em vigor a legislação que regulamentava a PIDE e transferia, em globo, para a DGS «todo o pessoal, todo o material e munições que à PIDE pertenciam» (CNSPP – 1° Comunicado da CNSPP, 20/01/1970: 8). Esperara-se uma alteração do sistema repressivo existente no país, mas deu lugar a um tempo de desilusão. No plano das liberdades individuais, tinha sido anunciado um cumprimento mais rigoroso da lei, como também significativas reformas sobre a organização judiciária, sobre os direitos elementares dos arguidos, na moralização do processo penal e sobre o regime prisional. Nos primeiros meses de 1969 já eram denunciadas as autoridades policiais e as suas responsabilidades pela intensificação da repressão (Madeira, Farinha, Pimentel 2007: 96-99). O desalento crescente face às insuficiências e inércias dos propósitos reformistas justificaram novas exigências, diferentes formas de atuação cidadã e de intervenção social e política. É no quadro destas exigências e dinâmicas que a CNSPP se assumirá como uma resposta consequente.

Nos últimos anos do Estado Novo houve uma mobilização social crescente que conheceu, por um lado, uma pluralização dos atores, por outro, um processo de intensa radicalização política. Segundo Guya Acconero (Acconero 2013: 572-591) em Portugal, a partir de 1968, a mobilização tinha assumido as características de um ciclo de protesto transversal aos mais variados setores sociais, sobretudo graças à oposição à guerra colonial.

Não só com o movimento estudantil, mas, quer pela via do movimento da paz ou através das dinâmicas de oposição às guerras coloniais, quer por via doutros movimentos sociais, através do movimento operário e do movimento sindical, estava em curso uma intensa mobilização social e política que fertilizou processos de viragem na sociedade portuguesa. Estudos recentes sobre os últimos anos do Estado Novo e o período pré-revolucionário em Portugal têm vindo a iluminar um panorama que contradiz a visão de um país “adormecido” até ao momento da Revolução de Abril de 1974. Pelo contrário, os investigadores que têm estudado o período marcelista têm identificado a vitalidade dos movimentos sociais, numa agitação cada vez mais intensa e cada vez mais plural⁽¹⁾.

A Comissão/CNSPP como movimento social

Criada a Comissão pelo aproveitamento de uma brecha na legislação, no Código Civil de então, que previa a formação de comissões especiais, não sujeitas ao prévio reconhecimento oficial, os fundadores da CNSPP consideraram da maior gravidade a situação dos presos políticos. Mobilizava-os o «grave problema nacional dos presos políticos» (CNSPP – Carta entregue na Presidência do Conselho em 13/3/1971 e assinada pelos membros da CNSP: 107-112).

Esclarecedor é o testemunho de Levy Baptista quanto à forma habilidosa como a CNSPP se constituiu a partir do Código Civil numa eficaz forma de luta contra o regime no quadro da legalidade, na luta legal de oposição ao regime deposto em 25 de abril⁽²⁾.

A Comissão, fruto de processos de convergência social e política, era constituída por elementos ligados ao catolicismo, entre os quais nove

(1) Cf. Accornero, Guya (2009). *Eferescência Estudantil. Estudantes, Ação Contenciosa e Processo Político no Final do Estado Novo*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: ICS Universidade de Lisboa; Accornero, Guya (2010). “La rivoluzione prima della rivoluzione”, in Guya Accornero, A. Botti (eds.), *Il Portogallo e la Transizione alla Democrazia*, número especial de *Storia e Problemi Contemporanei*, 54, 35-55; Cardina, Miguel (2008). *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus; Lopes Cordeiro, J.M. (2011) “Radicalismo político e ativismo estudantil nos últimos anos do fascismo, 1969-1974”, in Miguel Cardina (ed.), *Passado e Presente das Lutas Estudantis*, número especial da revista *Vírus*, 12, 31-37.

(2) Cf. CD Museu do Aljube – Testemunho de Levy Baptista. Testemunhos recolhidos em 16/11/2016. Entrevistas conduzidas por Ana Aranha.

padres católicos e um pastor protestante, por pessoas ligadas ao PCP, ao futuro Partido Socialista e às várias correntes marxistas, assim como por personalidades sem vínculo partidário⁽³⁾.

A Comissão beneficiava do facto de já existir uma rede de informação mantida pelas famílias dos presos, cuja ação vinha de décadas anteriores, através de uma práxis prolongada de apresentação de exposições sobre problemas dos presos, protestos contra formas de tratamento, e abaixo-assinados com reivindicações, exigindo ao Governo melhores condições de vida nas prisões e a libertação dos presos. Como afirmou uma das dirigentes fundadoras da Comissão: «desde que existiram presos políticos houve sempre solidariedade com os presos políticos. E houve várias experiências, legais, semilegais, formais, informais»⁽⁴⁾.

A CNSPP definiu bem cedo linhas de rumo e formas internas de funcionamento orgânico⁽⁵⁾. A Comissão alargou o seu espaço de ação e ganhou rapidamente amplos apoios na sociedade portuguesa. Foram criados núcleos e comissões em diversos locais e distritos. Em abril de 1970, na *Circular* n.º 2, a Comissão apresenta-se na Ficha Técnica da sua documentação pública como CNSPP Lisboa – Porto⁽⁶⁾. No logotipo de 1971, na *Circular* n.º 8, já apresenta uma nova referência à implantação mais estruturada pelo País: Lisboa – Porto – Coimbra⁽⁷⁾.

(3) Foram fundadores da CNSPP: Abílio Tavares Cardoso, Agostinho Jardim Gonçalves, Álvaro Ferreira Alves, António José Dimas de Almeida, António José da Silva Júnior, António Rocha e Melo, Armando de Castro, Arménio dos Santos Ferreira, José Augusto Pereira Neto, Bento Domingues, Bernardo Domingues, Cecília Areosa Feio, Eduardo Nery, Fernando Abranches Ferrão, Fernando Lopes Graça, Fernando Soares David, Francisco Lino Neto, Henrique de Barros, Ilse Losa, José de Sousa Esteves, José Felicidade Alves, Luís Brás Teixeira, Luís Filipe Lindley Cintra, Luís Manuel Moita, Manuel de Castro Monteiro, Manuel Denis Jacinto, Manuel João da Palma Carlos, Manuel Machado Sá Marques, Manuel Rodrigues Lapa, Manuela Bernardino, Marcos Valentim Vilar, Maria do Carmo Tavares d'Orey, Maria Eugénia Varela Gomes, Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, Maria Keil, Maria Lúcia Pulido Valente Monjardino, Maria Lúcia Miranda dos Santos, Maria Manuela Antunes, Mário Brochado Coelho, Maria Cristina de Araújo, Martinho Franco de Carvalho, Nuno Teotónio Pereira, Óscar Lopes, Raúl Rego, Rogério Paulo, Rui Feijó, Sophia de Mello Breyner Andresen, Vasco Belmarço da Costa Santos.

(4) CD Museu do Aljube – Testemunho de Manuela Bernardino. Testemunhos recolhidos em 16/11/2016. Entrevistas conduzidas por Ana Aranha.

(5) Cf. CD 25 de Abril/UC – *Documento interno da CNSPP 14/1/1970*. Fundo Nuno Teotónio Pereira.

(6) Cf. CNSPP – “Circular n.º 2, 30/4/1970”, in *Presos Políticos, documentos 1970 – 1971*: 22-30.

(7) Cf. CNSPP – “Circular n.º 8, 13/2/1971”, in *Presos Políticos, documentos 1970 – 1971*: 89-106.

Deste modo, criou-se um movimento com uma dinâmica nacional. Na esteira da Comissão Nacional, e com os mesmos objetivos, constituiu-se, em 5 de julho de 1971, a Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos do distrito de Braga, cujo primeiro comunicado foi subscrito por 251 pessoas. Logo em julho de 1972 foi publicado o primeiro comunicado da Comissão de Socorro aos Presos Políticos do distrito de Aveiro, com 231 assinaturas no ato constituinte. Como se confirma através do *Comunicado* «101 signatários tornaram pública a constituição, ao nível do distrito de Castelo Branco, da 4ª Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos, bem consciente de que cumprem um irrecusável dever cívico e moral»⁽⁸⁾.

Foram-se estruturando redes de solidariedade e ação na composição do tecido deste movimento – desde a direção nacional, que passou a ter uma comissão executiva da Comissão Nacional, às direções distritais e locais. E como nos dá conta a *Circular n.º 17*, esse processo de alargamento da solidariedade em diversas zonas do País até já colocava dificuldades de acompanhamento do movimento⁽⁹⁾. Também se constituíram novas redes de solidariedade com os presos e perseguidos políticos em Portugal, através de articulações e apoios de organizações internacionais, como, por exemplo, do Secretariado Internacional de Juristas Católicos e da Associação Internacional de Juristas Democráticos⁽¹⁰⁾.

Como o assumiu M. Eugénia Varela Gomes, em representação da CNSPP – nas comemorações do 10º aniversário da libertação dos presos políticos – sobre o início da atividade da Comissão, disse: «democratas antifascistas que a integravam, comunicaram a sua decisão ao Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, e não aguardaram autorização deste, ou de qualquer outra instância do estado fascista, para iniciarem a sua atividade»⁽¹¹⁾.

As exigências definidas, que de alguma forma elencam as principais linhas de ação estratégica, subentendiam uma crítica ao regime, ao

(8) Fundação Mário Soares – CNSPP, *Distrito de Castelo Branco, Comunicado n.º 1*, 23/02/1973. DFL – Documentos Felicidade Alves.

(9) Cf. CNSPP – “Circular n.º 17, 3/11/1972”, in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 51-52.

(10) Cf. CNSPP – “Circular n.º 8, 13/2/1971”, in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 89-105.

(11) CD 25Abril/UC – Maria Eugénia Varela Gomes – *Intervenção no Aniversário da Libertação dos Presos Políticos. Caxias, 25/4/1984*.

sistema de repressão, ao processo penal, ao sistema judicial e ao sistema prisional. E apontavam um problema central de direitos humanos e a causa das liberdades.

Para o funcionamento e atividade da Comissão colocava-se a necessidade de garantir meios financeiros⁽¹²⁾. A CNSPP recolhia fundos através da venda de selos da Comissão, impressos para aquele fim, com desenho próprio e posterior logotipo criado por Eduardo Nery⁽¹³⁾. E como se pode verificar através dos documentos informativos da Comissão, recolhiam-se donativos e eram feitas subscrições, eram vendidos artigos oferecidos, gravuras, discos, livros, posters, emblemas, quadros, roupa. Também os núcleos da CNSPP em todo o País, e noutros países, reuniam donativos para o apoio aos presos políticos⁽¹⁴⁾.

Dos valores arrecadados pela CNSPP boa parte desses meios eram utilizados para apoiar os presos e as famílias com maiores dificuldades financeiras. Os apoios atribuídos pela Comissão regulavam-se por critérios estipulados para subsídios entregues aos presos políticos e suas famílias⁽¹⁵⁾.

A *Circular* era o órgão de comunicação da CNSPP. Aquela publicação era da «responsabilidade solidária dos membros» da Comissão e, em face da lei de imprensa em vigor à época, para que não estivesse sujeita a exame prévio pela censura do regime, foi decidido eliminar (como consta de *Documento Interno da CNSPP*) a numeração das “Circulares”, mantendo apenas a sua data.

Podemos documentar, numa síntese da leitura das 23 circulares publicadas pela Comissão, que informam sobre as prisões efetuadas pela PIDE em Portugal e nas colónias ultramarinas, como dão conta de torturas praticadas, dos julgamentos dos tribunais plenários e correspondentes condenações, das transferências de presos dumas cadeias para outras. É prestada informação sobre as ações junto dos órgãos de governo e são apresentadas novas propostas sobre as condições de acolhimento nas

(12) Existem documentos diversos no Fundo Nuno Teotónio Pereira com “Notas” internas com especificações sobre movimentos financeiros com saldos, receitas e despesas da Comissão. Cf. CD 25 de Abril/UC. *CNSPP*. Fundo Nuno Teotónio Pereira.

(13) Cf. CD Museu do Aljube – Espólio Oliveira e Sá.

(14) O Fundo Judite M. Abreu contém resumos do movimento financeiro da Comissão e cartões com a identificação da proveniência de algumas das personalidades que faziam donativos. Cf. CD 25 de Abril/UC – Fundo Judite M. Abreu.

(15) Cf. CNSPP – “Circular nº 15, 17/04/1972”, in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 217.

prisões e sobre a elaboração do Estatuto do Preso Político, como forma de efetivar direitos básicos. Também eram apresentados dados sobre o movimento financeiro em cada número da *Circular*.

Ao longo de mais de quatro anos de atividade, a CNSPP, com a sua ação informativa, deu a conhecer à opinião pública nacional e internacional, a atividade repressiva do Estado, exercida pelos seus órgãos policiais e judiciais, com especial destaque para a PIDE/DGS e os tribunais plenários⁽¹⁶⁾.

Embora existam relatos de reuniões preparatórias em casas de ativistas que estiveram na génese da CNSPP, segundo indicações de Nuno Teotónio Pereira, as reuniões do núcleo diretivo começaram por ser feitas no escritório do advogado Manuel João da Palma Carlos e mais tarde, por motivos de maior segurança, no da advogada Lucília Miranda dos Santos. Das reuniões plenárias algumas foram feitas no Centro Nacional de Cultura, então sob a égide da Associação Internacional para a Liberdade da Cultura, curiosamente na mesma rua onde era a sede da PIDE⁽¹⁷⁾.

Algumas reuniões da Comissão foram impedidas pela PIDE/DGS⁽¹⁸⁾. Materializaram-se perseguições e arbitrariedades movidas contra as estruturas e atividade da Comissão⁽¹⁹⁾. Um dos casos, entre muitos outros, foi a proibição de se realizar uma exposição e venda de obras de arte como forma de angariação de meios financeiros para apoio às

(16) Através de uma carta, Aida Magro (resistente antifascista e ativista da CNSPP) dá conta dos esforços realizados para dar expressão internacional à causa dos presos políticos portugueses: «Em 1972, através da Organização – Comissão Nacional de Socorro aos Presos políticos – fui com a camarada M^a Cecília estabelecer contactos internacionais com: “Direitos do Homem”, “Amnistia Internacional”, Organizações Religiosas, em Genebra, Paris, Bruxelas, Londres e depois sozinha em Roma pedindo a colaboração na luta pela amnistia, na libertação de “todos” os presos políticos em Portugal». CD 25 de Abril/UC – Fundo Aida Magro/2.

(17) Cf. Pereira, Nuno Teotónio – “A Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos”, in *Público* 17/01/1995.

(18) «A 2^a reunião plenária [da CNSPP convocada para 17/1/1970] no Centro Nacional de Cultura não pôde realizar-se, por ação impeditiva da D.G.S. que a proibiu, sem que os agentes destacados para o local dessem de facto qualquer justificação». CD 25 de Abril/UC – *Circular Interna da CNSPP*, 3/70, de 20/1/1970. Fundo Nuno Teotónio Pereira.

(19) Cf. CD 25 de Abril/UC – *Perseguição aos membros da CNSPP, novembro, 1973*. Fundo Judite M. Abreu. Um documento subscrito por cidadãos da Figueira da Foz manifesta solidariedade com os membros da Comissão submetidos a julgamento em Coimbra pela sua atividade em defesa dos presos políticos.

iniciativas da CNSPP, como o testemunhou Manuela Bernardino: «No conjunto da CNSPP é de salientar a preparação duma exposição de artes plásticas (a PIDE impediu a sua concretização, mas não pode impedir a venda das obras de 60 destacados artistas que assim financiaram de forma significativa a CNSPP)» (Bernardino 2010: 37).

Muitas das dinâmicas feitas de inúmeros sinais de impaciência, de crescente desafetação de setores da sociedade em relação ao regime, com uma expressão especialmente visível no chamado catolicismo social ou no progressismo católico, ganharam expressão nos lugares de maior politização na sociedade portuguesa – para além dos partidos políticos e das correntes ideológicas – o que explica não só o êxito do (novo) movimento social, como o poder de atratividade desafiante e de ousado “engajamento” que representava a CNSPP. E a alteração da perspetiva crítica em relação ao quadro político – algum do desencanto em relação à “primavera marcelista” – também se reflete nos conteúdos expressos nas *Circulares* da CNSPP e foi reflexo do ensaio de uma nova linguagem política e de uma forma inaudita de querer em Portugal fazer da política uma história outra.

Poucos meses depois do lançamento da Comissão já a *Circular n.º 4*, de junho de 1970, dava nota de um protesto frontal contra o regime. Nas manifestações de solidariedade a presos políticos, a Comissão amplia a comunicação contestatária subscrita por 21 sacerdotes católicos em relação à prisão do Pe. José da Felicidade Alves, levada a cabo pela polícia política a 19 de maio de 1970. «Acusado de organizar os cadernos GEDOC», segundo os subscritores daquele protesto público, era «como que a pedra que faz transbordar um vaso demasiado cheio» (CNSPP – Circular n.º 4, 25/06/1970: 51-52). Para além da contestação muito radicalizada contra «os homens do Estado» pela inaceitável acusação de crime contra a segurança do Estado na publicação de «cadernos de informação e doutrina», no mesmo documento, aqueles sacerdotes católicos acusam o regime pelas «inaceitáveis condições a que estão sujeitos os presos suspeitos de crimes contra a segurança do Estado» (CNSPP – Circular n.º 4, 25/06/1970: 51).

A *Circular n.º 10*, de junho de 1971, eleva o patamar da crítica ao regime político pela falta de idoneidade do sistema judicial. Com o título principal *Prender para investigar ou investigar para prender?*, foram então denunciadas práticas arbitrárias, em especial, nos processos de carácter político em que a prisão preventiva deixara de ser exceção para

se transformar em regra e foi apresentada a exposição ao Presidente do Conselho sobre o grave problema da tortura, «habitualmente praticada pela polícia política durante os interrogatórios» (CNSPP – Circular nº 10, 15/06/1971: 133). A carta entregue na Presidência do Conselho em 13/03/1971 e assinada pelos membros da Comissão (naquela ocasião ainda mais alargada, com novos membros na sua direção nacional, que passam a perfazer 64 elementos dirigentes) carrega em tom ainda mais grave a mais viva preocupação pelo agravamento «de todos os atentados à dignidade humana que caracterizam o nosso sistema de repressão política» (CNSPP – Carta entregue na Presidência do Conselho em 13/03/1971: 108-109).

O tom crítico e a veemência da acusação ao regime revelam como depressa alguma esperança se converteu em acrescida indignação. Tomemos como outro exemplo a *Circular nº 16*, de 31 de maio, de 1972. Entre muitas outras denúncias sobre prisões, sobre o intolerável que estaria a acontecer nas cadeias do regime, o destaque maior é dado à vaga repressiva sobre os universitários, «à brutal carga», à «invasão dos polícias e cães» e às prisões (CNSPP – Circular nº 16, 31/5/1972: 10-12).

Os apelos da Comissão dão conta, através das *Circulares*, de profundas ruturas e de um movimento social em marcha dirigido para urgentes e radicais mudanças.

A indignação passa a ter uma amplitude extremamente radicalizada, em resultado das deceções que os acontecimentos impuseram. A contestação política por parte da CNSPP configura-se de outro modo, num registo de repúdio pelo acréscimo de repressão, como aconteceu logo após o assassinato do estudante Ribeiro dos Santos (em 12/10/1972), e do ferimento a tiro do “estudante Lamego”; como pelo que aconteceu na manifestação que se seguiu ao funeral do estudante, em que 20 outros estudantes foram presos (em 14/10/1972)⁽²⁰⁾.

Nas ruturas que se vão estabelecendo na sociedade portuguesa em relação às esperanças de liberalização do Estado Novo esse discurso de maior dureza crítica espelha-se no tom do discurso veiculado pela CNSPP.

(20) Ribeiro dos Santos foi morto a tiro por um agente da DGS, e outro estudante, José Lamego, foi ferido por disparos da polícia no interior das instalações do ISCEF, quando decorria uma iniciativa das organizações estudantis contra a repressão, no quadro das lutas académicas. Cf. CNSPP – “Circular nº 17, 3/11/1972”, in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 41.

A este propósito é elucidativo o testemunho de Bento Domingues sobre esse papel da Comissão, na confluência de um sentido do intolerável e da demanda democrática, que fez da CNSPP um espaço de crescente identificação de cidadãos descontentes. E, ao mesmo tempo, constituiu um sujeito coletivo cada vez mais contundente na urgência de uma viragem na sociedade, desempenhando uma tarefa de consciencialização, como afirmou aquele membro da Comissão: «A Comissão foi também um instrumento fantástico para que as pessoas se dessem conta da dimensão do problema – as pessoas que não tinham presos de sua família – e alargou a sensibilidade de que não podia ser, de que aquela realidade era uma vergonha, que não podia continuar»⁽²¹⁾.

O Congresso da Oposição Democrática, de 1973, em Aveiro, destacou todo o persistente trabalho desenvolvido pela CNSPP através de uma Comunicação apresentada em nome «de um grupo de democratas e familiares de presos políticos» que, para além da descrição da situação dos presos, reivindicaram a amnistia para todos os presos políticos⁽²²⁾.

A Comissão ainda teve intervenção relevante na mobilização de esforços para que a Junta de Salvação Nacional fosse forçada a libertar todos os presos políticos. Entre os dias 26 e 27 de abril de 1974 foram necessárias formas de luta, que contaram com a impaciência dos manifestantes nas imediações de Caxias e de Peniche⁽²³⁾. Foi então criada uma nova Comissão constituída por elementos da CNSPP e da CDE para a resolução daquele impasse na libertação.

No dia 28 de abril de 1974 um *Comunicado ao País*, em nome da CNSPP, «saúda com emoção todos os ex-presos políticos, regozijando-se pelo seu regresso à liberdade» (CNSPP – Presos Políticos, documentos de 1972 – 1974: 176). A CNSPP, naquele comunicado, apelou à abolição das medidas de segurança que ainda deixavam na prisão, sem julgamento, centenas de cidadãos, em campos de internamento no chamado “ultramar”, de

(21) CD Museu do Aljube – *Testemunho de Bento Domingues*. Testemunhos recolhidos em 16/11/2016. Entrevista conduzida por Ana Aranha.

(22) Cf. CD 25 de Abril/UC – *Congresso da Oposição Democrática, Aveiro 1973*. Fundo Aida Magro.

(23) Cf. *A Capital*, 27/04/1974. Na imprensa portuguesa de 26 e 27 de abril de 1974 surgem reportagens sobre o estado de extrema tensão que envolveu toda a difícil operação para libertar os presos políticos. Às recusas de libertação de todos os presos foi necessária a contraposição de uma resposta determinada e organizada por parte da CNSPP de modo a todos libertar, sem exceção.

que eram exemplos o Tarrafal, S. Nicolau e Machava, para contribuir para o esclarecimento dos problemas «da prisão e tortura de cidadãos pela PIDE/DGS»⁽²⁴⁾, sublinhando a importância do apuramento de responsabilidades.

Um mês depois do 25 de Abril, no sábado 25 de maio de 1974, a CNSPP promoveu, no Coliseu de Lisboa, o Concerto de homenagem «a todos os que participaram na luta contra a repressão e a opressão», como foi divulgado nos cartazes e capas de folhetos⁽²⁵⁾.

Para o dia 22 de junho de 1974 foi convocada uma “Reunião Plenária” para decidir «quanto ao futuro da Comissão»⁽²⁶⁾. Apesar de aprovadas algumas linhas de trabalho para uma continuidade de ação da CNSPP, a contribuição à luta contra a ditadura e pela liberdade e a democracia dada pela Comissão, tendo cessado a sua intervenção organizada pouco depois da Revolução de Abril, constitui um legado sobre a cultura de direitos humanos e de defesa do Estado Democrático que perdura no tempo, muito para além da dinâmica direta e imediata daquele movimento social.

O movimento como sujeito de transformação

A CNSPP afirmou-se enquanto força social com uma direção, devidamente identificada, numa relação criativa e dinâmica com uma base social que, de forma gradual e progressiva, se tornou ampla e extensiva a todo o território nacional.

A Comissão apontava um objeto preciso e de caráter coletivo, que englobava no País as vítimas de uma lógica repressiva durante o Estado Novo. E abarcou uma afirmação específica de contestação do quadro repressivo, em demarcado oposicionismo ao regime, numa subjetiva

(24) *Ibidem*. O Comunicado ao País, em nome da CNSPP, teve a assinatura de Maria Eugénia Varela Gomes, Cecília Areosa Feio e Levy Baptista.

(25) O Concerto de 25 de maio de 1974 foi transmitido pela RTP e existe registo daquele acontecimento, para além do Arquivo da RTP, no Arquivo Histórico do PCP, sendo de destacar o discurso memorável do advogado Manuel João da Palma Carlos, em nome da Comissão, ele também um dos fundadores da CNSPP. Em 27 de maio de 2010, no espaço do Cinema de S. Jorge, a Comissão Promotora do 40º Aniversário da CNSPP promoveu um concerto e reproduziu os cartazes e folhetos do Concerto de 25 de maio de 1974.

(26) Cf. CD 25 de Abril/UC – Fundo Judite M. Abreu.

rejeição daquelas que eram as diversas situações de violação dos direitos humanos e exigindo uma nova ordem, a democracia, em contraposição ao regime de Marcelo Caetano.

Encetando uma dinâmica interventiva como força social que era, a Comissão desencadeou uma apelativa aproximação à sociedade portuguesa, em especial, nos lugares sociais e geográficos cartografados como de presença de setores progressistas, divulgando violações dos direitos humanos no País. Através das várias estruturas nacionais, distritais e locais, a CNSPP procurava sensibilizar as bases sociais, a opinião pública nacional e internacional, acerca da extensão da violência estatal que se praticava em Portugal⁽²⁷⁾.

O empenhamento dos dirigentes e ativistas da CNSPP em expor as práticas violentas do regime, através de denúncias públicas, da divulgação de listas das prisões, de tortura, de mortes, conferia uma visibilidade social e política à Comissão.

Toda a divulgação, através de escritos e factos – relatados nas *Circulares* da CNSPP – contribuía para a criação de uma consciência social e informação política da base social, sem que a censura e o sistema repressivo conseguissem sustê-lo. E potenciou a constituição de outras organizações vocacionadas para a atuação e reivindicação de mudanças políticas.

A divulgação continuada das listas dos presos e torturados, a sistemática denúncia das leis arbitrárias do Estado Novo, como a apresentação de práticas recorrentes de violação das liberdades e dos direitos fundamentais dos cidadãos, nessas reivindicações e desses processos dimanaram outras tantas iniciativas e formas de luta que desaguaram progressivamente em formas de mobilização da cidadania mais consciente, em modalidades de organização da cidadania ativa, influenciando num desenvolvimento marcado por interesses coletivos.

Tendo como móbil primordial auxiliar, por todas as formas de solidariedade, os presos políticos e suas famílias, nas etapas de alargamento da CNSPP, por iniciativa local e distrital, na base social foram emergindo formas associativas, iniciativas reivindicativas, formas de protesto

(27) A intervenção da CNSPP em diversos países gerou impactantes expressões de apoio solidário à Comissão, concretizou formas de intervenção no plano internacional e contribuiu para a crescente descredibilização e isolamento político do regime. Neste sentido, é especialmente significativa a *Circular n.º 22*, na qual se informa sobre a dimensão desses apoios internacionais. Cf. CNSPP – “Circular n.º 22, 31 / 12 / 1973”, in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 137.

constitutivas do movimento em marcha na sociedade portuguesa, com alcance inegável no plano social e repercussão no plano político.

A *Circular* da CNSPP, de 13 de novembro de 1972, é bem comprovativa, no que concerne à conceção e dinâmica de movimento social, de uma crescente mobilização coletiva. Diz a referida *Circular* que «alastra» a formação de grupos pelo País, face aos quais a Comissão reconhece «limitações», dada a «vastidão e diversidade de tarefas exigidas pela defesa dos presos políticos», e adianta um apelo para que prossigam com uma intervenção autonomizada, podendo contar com a Comissão Nacional:

Com todos estes grupos espera a Comissão Nacional prosseguir ou iniciar uma estreita colaboração, quer se trate de grupos de apoio, já constituídos em muitas localidades, e através das quais diretamente irradia a sua ação, quer se trate de comissões por si mesmo constituídas, e por isso autónomas em relação à CNSPP (CNSPP – Circular nº 17, 03/11/1972: 51).

A mobilização da base social processou-se através de uma clara demanda do movimento. A CNSPP tinha definida a demanda democrática. Concretizou-se num contexto histórico, social e político em que a luta pela liberdade e pela democracia, no respeitante à ação da CNSPP implicou, objetivamente, dinamizar e mobilizar a opinião pública a partir dos casos concretos dos perseguidos políticos e das vítimas da repressão na sociedade portuguesa.

A articulação entre força social e base social materializou-se em formas de intervenção pública que atravessaram o País e conheceu ascendentes expressões de pressão social e política.

A correspondente politização de setores da sociedade portuguesa, em particular, em meios urbanos, nas capitais de distrito, com expressão concreta à volta da CNSPP, pela natureza do próprio movimento – com características de contrapoder – apontava para o reconhecimento de opositores, e para uma contraposição nítida em relação a determinados antagonistas. Numa verbalizada oposição ao regime, mais ainda visível na intervenção da Comissão a partir de 1971 e de 1972, para além de Marcelo Caetano, e do seu governo, o antagonismo da CNSPP objetivou-se contra as forças repressivas, dentro de uma intrincada estrutura de poder.

A relação antagonica expressou-se por meio da crítica aberta ao sistema nacional de repressão política e através da acusação direta aos

responsáveis pelos métodos e instrumentos de tortura e torturadores, com locais iconográficos do regime e de concretização da atuação repressiva.

A ação da CNSPP, como ação da força social, também tinha essa poderosa e eficaz vertente de dar a conhecer a atividade repressiva do Estado, exercida por intermédio dos seus órgãos policiais e judiciais, pela PIDE/DGS e pelos tribunais plenários.

Estando em causa exigências que requeriam mudanças estruturais no País, a atuação da CNSPP implicou enfrentar opositores, desencadear conflitualidades sociais e ser alvo de hostilizações.

Enfrentar a repressão e a natureza repressiva do regime não aconteceu impunemente. Diversos dos membros e ativistas da CNSPP foram também presos políticos e torturados.

Ainda quanto à operacionalização do conceito de movimento social, considerando o caso concreto da CNSPP, a questão da mudança social era entendida como um processo coletivo, complexo e moroso, onde o pressuposto da dimensão de trabalho em rede se apresentava como determinante na prossecução dos seus objetivos. Aliás, a Comissão desde o lançamento do movimento fez um apelo para essa interação. A Comissão apelou aos portugueses para que apoiassem e multiplicassem a ação solidária, «fazendo convergir para a Comissão elementos informativos e meios de auxílio, colaborando nas tarefas das comissões especializadas e constituído núcleos regionais e locais de apoio» (CNSPP – 1º Comunicado da CNSPP, 20/1/1970: 8).

Mantendo a pista teórica sobre os movimentos sociais de M. Gohn, poderemos afirmar que também à CNSPP se atribui um projeto sociopolítico e cultural. A Comissão corporizou um projeto e uma exigência de profunda mudança social e política para o País. Não só no plano simbólico, por tudo quanto decorria da proclamação da necessidade de deixar de haver em Portugal presos políticos e cidadãos condenados por delito de opinião, como também pela emergência do pôr cobro à situação desumana em que se encontravam os presos políticos e os seus familiares.

É que, para além da dimensão simbólica, a CNSPP estava identificada com um projeto de construção de uma nova sociedade, com a instauração de um regime democrático, como alternativa ao regime vigente.

A CNSPP correspondeu a uma nova intencionalidade na sociedade portuguesa no respeitante a um mais vasto processo de construção de uma cultura dos direitos humanos. A existência de presos políticos,

durante décadas uma realidade escamoteada na sua efetiva dimensão violenta, foi-se tornando situação clamorosa e intolerável para a consciência cidadã de um crescente número de portugueses.

Outro eixo, não menos relevante, do projeto social e político da CNSPP foi o da configuração de uma outra consciência coletiva. A construção de uma memória coletiva, assente no despertar de uma consciência política em Portugal, foi, seguramente, parte fundamental do projeto concretizado pela CNSPP.

E o despertar para a ação e para o compromisso consequente em relação a uma causa coletiva tinha, através da Comissão, concretizações bem precisas. Logo no primeiro *Comunicado* da CNSPP as causas passavam pelo concreto da vida de outros, que pediam incumbências:

Os presos arbitrariamente, sem possibilidade efetiva de defesa; tratados injustamente e desumanamente nos vários estabelecimentos prisionais; submetidos a tribunais e legislação especial, em condições manifestamente contrárias aos preceitos constitucionais; sujeitos à prisão praticamente perpétua através de arbitrárias medidas de segurança (CNSPP – 1º Comunicado da CNSPP, 20/01/1970: 7-8).

Deste modo, do projeto social, político e cultural desenvolvido pela CNSPP destaca-se esse desenhar de um agudo sentido de solidariedade ativa.

Por último, uma abordagem que incluía no conceito de movimento social, quanto às relações entre a força social e a base social, terá que considerar os impactos do poder de mobilização social e política, as incidências da contestação e da atividade empreendida. Nesse sentido, a CNSPP exerceu, como movimento continuado de dezembro de 1969 até abril de 1974, formas de poder com funda repercussão no País. A CNSPP desempenhou um papel fundamental na denúncia do regime e da sua repressão, e no apoio aos presos e às suas famílias. Conscientes da importância da divulgação de denúncias nos planos nacional e internacional, da onda de denúncias sobre a violência estatal, os membros da CNSPP fizeram dos casos de violação dos direitos humanos e da prepotência estatal durante o Estado Novo um fator de enorme desgaste do regime. Poderíamos dizer que os rumorosos protestos da ação da CNSPP se constituíram no seu “empowerment” social e político.

Se não é possível estabelecer um direto nexo de causalidade entre a vaga deste, e de outros movimentos sociais em Portugal, com o Estado

Novo, e a queda do regime, pelo menos será possível reconhecer que, no caso da CNSPP, correspondeu a uma decisiva frente de luta aberta contra o regime. E que aquele movimento foi crucial para a agregação de forças nas lutas de resistência à ditadura, na vasta e crescente convergência de vontades para o derrube do regime e para a democratização do País.

Considerações finais

Como movimento social a CNSPP realizou uma trajetória experiencial pioneira em Portugal, pelo que correspondeu do desenhar de uma ampla plataforma unitária, na conjugação operativa entre setores do catolicismo, militantes do Partido Comunista Português, de ativistas de outras correntes do pensamento marxista, e como se dizia à época, na convergência «de diversos democratas e progressistas».

Da questão central e objeto deste estudo resulta a afirmação de que a CNSPP corresponde a um lugar hermenêutico para a compreensão da natureza do regime, da sua natureza repressiva e da rutura realizada em 25 de Abril de 1974.

Sobre um nuclear ciclo de vida do regime, destas leituras resulta também a perceção de que com Marcelo Caetano, nos invocados objetivos “liberalizantes”, se asfixiou politicamente o regime nas suas profundas contradições. O regime acelerou a sua desagregação através das expetativas que tentou projetar, pois, a democratização implicaria que aquele regime renunciasse à sua verdadeira natureza.

Com Marcelo Caetano não só o regime se manifestaria impossibilitado de avançar para a democracia, como foi naquele ciclo de vida que se intensificaram vetores fascizantes. Agravou-se a violência no tratamento dos presos políticos, com maior número de presos e com uma ainda mais brutal violência repressiva no regime carcerário.

O lançamento de exigências de democratização em Portugal implicaria correlativamente por cobro às práticas desumanas que atingiam os presos políticos e suas famílias. À alegada necessidade de democratização do País deveria corresponder a resolução dos problemas da existência dos presos políticos em Portugal. Pelo contrário, ao negar as esperanças de mudança, o regime forçou ou apressou desilusões que eventualmente subsistissem e provocou convergências políticas inovadoras, suscitou alargadas alianças sociais, com os propósitos de

contestar e provocar o derrube do regime. E destas dinâmicas sociais e políticas a CNSPP é uma referência demonstrativa.

De alguma forma o estudo historiográfico da CNSPP contribui para a compreensão de uma linha desagregadora ou de uma tendência para a desagregação do regime de Salazar e Caetano. E que se deveu ao cruzamento de diversos fatores, que se conjugaram até finais de 1969 e não antes, – quando existiram outros esforços bem anteriores no tempo – para que só então tivesse emergido e se afirmado, com tamanha expressão, um movimento de apoio aos presos políticos, um movimento pró-democracia em Portugal, cujo desempenho foi decisivo para a transformação social e política do País.

Como ilação final, o que a CNSPP nos revela é um sujeito coletivo, feito de tantos compromissos pessoais de quem apostou o seu futuro na batalha pela democracia em Portugal. E que a essa diretriz essencial tudo sacrificou – vidas, haveres... – para que tivesse sido possível aquele novo movimento social e triunfante a democracia. E foram então lançadas outras condições para uma nova cultura dos Direitos Humanos em Portugal.

Fontes:

A Capital (de 26 a 28 de abril de 1974), acessível em Arquivo da Biblioteca Nacional.

A Circular (de dezembro de 1969 a abril de 1974), acessível em CNSPP, *Presos Políticos 1970 – 1971; 1972 – 1974*. Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2011.

Documentos Felicidade Alves, acessível em Fundação Mário Soares.

Entrevistas a membros da CNSPP, acessíveis no Centro de Documentação do Museu do Aljube.

Espólio Oliveira e Sá, acessível na Fundação Mário Soares.

Fundo Aida Magro, acessível no Centro de Documentação 25 de Abril.

Fundo Judite M. Abreu, acessível no Centro de Documentação 25 de Abril.

Fundo Nuno Teotónio Pereira, acessível no Centro de Documentação 25 de Abril.

Arquivos:

Arquivo da Biblioteca Nacional.

Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Arquivo da Fundação Mário Soares.

Arquivo do Museu do Aljube. Resistência e Liberdade, Centro de Documentação.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo do Partido Comunista Português.

Testemunhos:

Projeto de História Oral do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra – *Entrevistas a Presos Políticos*.

Museu do Aljube. Resistência e Liberdade – *Centro de Documentação, Testemunhos e entrevistas*.

Textos sobre os presos políticos:

Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (2011). *Presos Políticos, documentos 1970 – 1971 e 1972 – 1974*. Lisboa: Ed. Assembleia da República.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1984). *Presos Políticos no Regime Fascista*, vol 1, 2, 3, 4, 5, 6. Lisboa: Publicações Europa – América.

Bibliografia:

Acconero, Guya (2009). *Efervescência Estudantil. Estudantes, Ação Contenciosa e Processo Político no Final do Estado Novo*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.

« – » (2010). “La rivoluzione prima della rivoluzione”, in G. Accornero e A. Botti (eds.), *Il Portogallo e la Transizione alla Democrazia*, número especial de *Storia e Problemi Contemporanei*, 54, 35-55.

« – » (2013). “A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo”, *Análise Social*, 208, vol. XLVIII (3º), 572-591.

Bernardino, Manuela (2010). “A propósito do 40º aniversário da CNSPP”, in *O Militante* nº 309 nov / dez, 35-40.

- Campina, Ana (2013). *António de Oliveira Salazar: Discurso Político e "Retórica" dos Direitos Humanos*. Salamanca: Ed. Universidade de Salamanca.
- Cardina, Miguel (2008). *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.
- Cerezales, Palacios (2006). "Técnica, política e o dilema da ordem pública no Portugal contemporâneo (1851 – 1974)", in P. Tavares de Almeida, T. Pires Marques (ed.), *Lei e Ordem. Justiça penal, criminalidade e polícia. Séculos XIX – XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gohn, Maria da Glória (1997). *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Lopes Cordeiro, J. M. (2011). "Radicalismo político e ativismo estudantil nos últimos anos do fascismo, 1969-1974", in Miguel Cardina (ed.), *Passado e Presente das Lutas Estudantis*, número especial da revista *Vírus*, 12, 31-37.
- Madeira, João (coord.), Farinha, Luís, Pimentel, Irene Flunser (2007). *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Pimentel, Irene Flunser (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando, Oliveira, Pedro Aires (coord.) (2004). *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Rosas, Fernando (1999). "O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo", in J. M Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 15-59.
- Rosas, Fernando (2010). *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- « – » (2019). *Salazar e os fascismos. Ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta-da-China.